

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola; a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo, Loyola, 1984. 253 p. (Coleção Educação Popular, 2)

Marília Pontes Sposito analisa a expansão da rede de ginásios públicos no município de São Paulo, desde 1940 até por volta de 1970. Para tanto, tentou identificar as expectativas sociais da população durante o período em estudo, através de pesquisa em jornais e depoimentos de educadores e lideranças de bairros, com o intuito de descobrir as transformações ocorridas no sistema educacional, em virtude das alterações verificadas no comportamento social em relação à educação. As mudanças legais, conforme o estudo realizado, tornaram-se inevitáveis. A escola secundária, inicialmente destinada à formação de minorias privilegiadas, expandiu-se, passando a se apresentar como "tendencialmente aberta, predominantemente pública e destinada à formação comum da população", em atendimento às sucessivas leis de ensino. A expansão da rede ginásial, no entanto, deu-se em condições contraditórias, visto que os recursos estaduais eram insuficientes, as orientações conflitantes e as camadas populares a exigiam fortemente, mas não sabiam determinar seus valores, que se revelavam semelhantes aos dos grupos sociais dominantes. Surge aí a principal dificuldade do trabalho: "elucidar a natureza da participação popular no movimento de abertura de escolas ginásiais". Isto porque já fora constatada a distinção "entre o que é proposto para as classes populares e o que é percebido pelas classes populares". Os conteúdos das necessidades populares, desta forma, nem sempre estavam legitimamente representados nos projetos sociais estabelecidos para essas populações e revelavam-se, portanto, conflitantes.

A autora preocupou-se também, em sua pesquisa, com a reivindicação da escola secundária pelas camadas mais populares da sociedade, tendo concluído que elas buscavam, através da conquista dos bens ou direitos

dos segmentos mais favorecidos da sociedade, a ascensão e o reconhecimento sociais, constatando, no entanto, que o acesso à escola secundária não alterou, significativamente, a situação social das camadas populares. Considerando tais preocupações, Sposito limitou seu estudo à participação popular na expansão da rede pública.

Ao examinar as transformações do ensino, na capital e interior de São Paulo, a autora faz uma análise do crescimento dos índices de matrícula e descobre ter a expansão das oportunidades educacionais modificado as características do ensino ginásial, que passou por sensível melhoria qualitativa, ultrapassando a realização dos objetivos para ele estabelecidos. Além disso, salienta, as medidas expansionistas assumiram maior importância por oferecerem à administração pública condições de crescimento contínuo da rede, em anos posteriores, quando se acentuou a necessidade de acesso à instrução secundária.

Analisando o ensino primário na capital, observa que as mudanças políticas, culturais e, sobretudo econômicas permitiram um avanço significativo deste grau de ensino, em termos de taxas de matrícula e de organização do sistema escolar. Cita, como exemplo, a criação dos grupos escolares nos centros urbanos, os quais fixaram um padrão de ensino no estado, com vantagens pedagógicas e administrativas. Ressalta, no entanto, que tais unidades de ensino logo transformaram-se em "escolas de massa", devido às pressões por maiores oportunidades educacionais. Dessa forma, salienta, os grupos escolares multiplicaram-se e passaram a desempenhar o papel das escolas isoladas. A oferta de vagas continuou a ser ampliada, tendo a autora estabelecido uma comparação entre o crescimento populacional e a porcentagem da população atingida pelo ensino elementar. Apesar de alto para as condições vigentes na época, o incremento da matrícula não atingiu todo o contingente da população em idade escolar, pois a aceleração do crescimento urbano, em decorrência da industrialização na região paulista e conseqüente migração interna, criou uma defasagem na relação demanda/oferta de vagas naquele nível de ensino.

*Segundo a autora, soluções de emergência foram adotadas, com o objetivo de atender à demanda social em relação à escola primária, apesar de ser reconhecida, pelas autoridades educacionais, a perda da estrutura modelar dos grupos escolares. Assim, para suprir o déficit no atendimento, o estado aumentou a capacidade de funcionamento desses grupos escolares, mediante a redução do número de anos do curso elementar (de 5 para 4) e da duração do período diário de aulas (de 5 para 4). Como tal medida ainda não fosse suficiente, o Poder Público criou o terceiro período de funcionamento dos grupos escolares, reduzindo o tempo de permanência da criança na escola para 3 horas apenas.*

*Esta situação, esclarece Sposito, perdurou até a década de 40, quando estado e prefeitura firmaram convênio para garantir a todos o acesso à instrução primária, cabendo ao estado a criação e instalação de classes e escolas, assim como a nomeação dos respectivos professores. Ao município competiria “a elaboração de um programa intensivo de construções escolares destinadas a abrigar grupos escolares”. Esclarece, porém, que, num primeiro momento, a prefeitura optou pela construção de grandes prédios, o que concorreu para agravar a situação devido à morosidade das edificações. Assim, em 1948, constituiu-se uma Comissão Executiva que, fazendo um diagnóstico da instrução elementar na capital, detectou uma situação alarmante não só pelos dados obtidos como também pelas condições de funcionamento das escolas existentes. Daí a adoção de nova estratégia, com maior número de pequenos prédios, em cada bairro. Mesmo assim, o ritmo de crescimento da população escolarizável ultrapassava a capacidade de matrículas do estado, o que exigia a busca de outras soluções. Desta forma, somente em 1961, conseguiu-se atingir um déficit de apenas 10%, o qual correspondia mais à qualidade do ensino, do que à oferta insuficiente de vagas. A despeito de todos os esforços empreendidos, Sposito afirma que a qualidade da educação, na década de 60 e nas seguintes, foi comprometida pela utilização reiterada das medidas de emergência.*

*Sobre a expansão do ensino secundário em São Paulo, a autora aponta-lhe características próprias, reconhecendo, no entanto, que ocorreram muitas dificuldades para a adoção do regime seriado, com um padrão de ensino dotado de organização e que representasse as aspirações e os*

*valores da época. Até a década de 30, esclarece, havia apenas três ginásios em todo o estado, os quais apresentavam elevado nível de desenvolvimento das atividades pedagógicas, mas enfrentavam sérias dificuldades materiais e possuíam instalações deficitárias. A exigüidade de escolas do nível ginásial consolidava a seletividade da educação secundária, pois somente os economicamente favorecidos podiam arcar com os custos dos estabelecimentos particulares.*

*Segundo a autora, a ação do Poder Público para incrementar a matrícula no ensino ginásial ocorreu somente a partir de 1945, quando o estado iniciou a criação e instalação de uma rede de estabelecimentos para o funcionamento dos cursos ginásiais. A oferta de maiores oportunidades de acesso só se verificou efetivamente com o surgimento dos cursos noturnos — regulamentados em 1947 — e das seções — utilização constante de desdobramentos no espaço físico do curso, que passava a ter classes funcionando em outros estabelecimentos. Ressalta, também, que o processo de instalação dos novos ginásios sofreu dificuldades relativas às suas condições materiais, pois muitos não conseguiam cumprir os requisitos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação, embora obtivessem autorização para funcionar a título precário. Sposito acredita que as divergências ocorridas entre a administração dos grupos escolares — voltados para a educação elementar — e os diretores dos ginásios, que funcionavam nas mesmas dependências, constituíam outra dificuldade, na medida em que as diferenças de idade da clientela, a falta de espaço físico, o desgaste do material e a manutenção do prédio eram apontados como empecilho pela direção da unidade de ensino elementar. Ela também aborda a necessidade de compatibilização dos horários de trabalho e de estudo, problema que mereceu inúmeras reivindicações, dentre as quais a da criação de uma Federação dos Estudantes de Cursos Noturnos.*

*A autora descreve ainda, com minúcias, a instalação das seções e do ginásio estadual na periferia da cidade de São Paulo, relatando problemas administrativos, pedagógicos, sociais e políticos, apesar de reconhecer que a maneira pela qual se permitiu a expansão da rede foi a alternativa encontrada para atender a significativa parcela da população, impedida socialmente de freqüentar a escola secundária diurna. Enfatiza, no en-*

tanto, que a generalização das oportunidades de acesso só se efetivou no final da década de 60, quando se optou por uma política democratizadora da escola pública secundária, que, extinguindo os exames de admissão, criou as condições para que a educação secundária ginásial fosse contínua à instrução elementar.

Descrevendo as tentativas de resistência empreendidas pela Assembléia Legislativa contra o processo de abertura de novas unidades do ensino ginásial, Sposito narra a ação de alguns núcleos de deputados para elaborar um plano geral, onde fossem estabelecidos diretrizes e critérios para instalação de escolas secundárias, a fim de disciplinar a disseminação destes estabelecimentos. Tal ação, porém, não só foi incapaz de deter o processo expansionista, como se transformou no seu mais eficaz agente de proliferação, embora medidas de restrição ao crescimento desordenado da rede oficial tivessem sido adotadas. A autora analisa, ainda, as ambigüidades do Executivo face à criação de mais unidades escolares, discorrendo sobre a descontinuidade das orientações de tal Poder, em vários governos, e ressalta ser a questão da abertura de outras unidades de ensino, na maioria dos casos, menos educacional do que política.

A oposição dos educadores Almeida Jr. e Carlos Correa Mascaro à criação de ginásios, colégios e escolas normais também foi focalizada pela autora. Nessa análise, ela constatou que as críticas destes educadores se fundamentavam no argumento de que a instrução primária era prioritária e estava sendo comprometida pela expansão de outros níveis de ensino. Para eles o atendimento das reivindicações de setores minoritários da população prejudicava a grande maioria carente que "não sabia reivindicar a escola elementar mais extensa e de melhor qualidade".

Sposito ainda examinou reportagens, artigos e editoriais de jornais sobre os problemas educacionais enfrentados pelo sistema de ensino de São Paulo, principalmente os editados pelo O Estado de S. Paulo. Ela observa que este jornal, desde o regime monárquico, já propunha a "construção de uma nova ordem social" através da educação, partindo do princípio de que a escola deveria favorecer o desenvolvimento da democracia. Para isto, relata, "o jornal defendia, em particular, a necessidade do

ensino público enquanto atribuição básica do Estado e garantia dos fundamentos de uma sociedade democrática".

A autora ressalta ainda que O Estado de S. Paulo combatia as escolas privadas, embora não defendesse a extinção delas, por considerar ineficaz a inspeção realizada pelo Estado, o que favoreceria a má qualidade do ensino. Pregava também a necessidade de ser implantado um sistema eficiente para inspecionar tais escolas, ao lado da progressiva extensão da rede estadual, como forma de combater o mau ensino particular. Todavia, salienta Sposito, "não obstante a defesa da educação, em particular do ensino público, como fator privilegiado para a concretização do ideal da nacionalidade e da democracia, O Estado não apoiou o grande movimento de expansão da escola oficial", por discordar das diretrizes estabelecidas pelo Estado. Em seu exame, ela verificou que as críticas do jornal incidiam principalmente sobre a falta de um "plano técnico-racional" e conseqüentes interferências de ordem política, pois isto propiciava um crescimento desordenado do ensino para atender a interesses político-eleitorais e demagógicos, além de impedir as tentativas disciplinadoras da Comissão de Educação. Tais críticas são minuciosamente transcritas e analisadas.

A autora apresenta ainda editoriais acerca dos outros níveis de ensino, com o intuito de esclarecer a suposta ambigüidade do jornal, que, embora sendo defensor do ensino público, condenava o crescimento do sistema oficial. Revela que O Estado de S. Paulo considerava a instrução elementar a base do sistema educacional e, assim, a escola primária deveria ser popular e universal para garantir o exercício da democracia. Ao ensino superior, por outro lado, competia preparar as elites para serem as dirigentes da democracia e, dessa forma, a universidade atuaria como "núcleo gerador da cultura de um país", mas estaria destinada apenas aos intelectualmente "mais capazes". Já ao ensino secundário caberia a seleção daqueles com capacidade para estudos mais elevados. Isto exigia dois ramos básicos nesse nível de ensino: um de conteúdo mais humanístico, dirigido para o ensino superior, e outro de caráter profissional, voltado para o mercado de trabalho. Analisando o projeto educativo, defendido pelo O Estado de S. Paulo, ela conclui que o jornal considerava o ensino secundário "a pedra angular do sistema educacional brasileiro" e, portanto, não deveria ter sua qualidade comprometida.

---

*Sposito também realizou um estudo sobre as dimensões sociais ocorridas paralelamente à extensão das oportunidades escolares, verificando que o processo de crescimento urbano decorreu de mudanças econômicas, como a concentração de capital no Estado de São Paulo, a instalação de grandes indústrias e a ampliação das atividades do setor terciário. Ela mostra que essa transformação ocasionou um movimento de migrações internas e conseqüente incremento do número de trabalhadores, fatores determinantes de um desordenado processo de ocupação urbana, por não ter havido a interferência do Poder Público para a criação de uma infra-estrutura de serviços coletivos urbanos. Ressalta ainda que a classe trabalhadora, ao ter agravados seus problemas de moradia, começa a formação dos núcleos populacionais periféricos, também resultantes do deficiente sistema de transportes coletivos, da especulação imobiliária e do comércio de congestionamento. Se os problemas de habitação popular poderiam ser resolvidos individualmente, esclarece a autora, havia um conjunto de bens de consumo coletivo que dependia da ação governamental para ser implantado. O Poder Público, porém, revelava-se incapaz de atender a tais demandas, provocando significativos movimentos sociais caracterizados por reivindicações que visavam a obtenção de melhorias urbanas. Sposito examina tais movimentos, pois os considera representantes de momentos importantes de participação das classes populares na prática política.*

*A autora analisa também a natureza dos processos políticos que caracterizaram esses movimentos sociais, definindo, ao mesmo tempo, suas possibilidades e seus limites de ação. Ela destaca as formas populistas de dominação para melhor explicar como o atendimento a algumas reivin-*

*dicações populares mantinha posições de prestígio e apoio eleitoral, enquanto incentivava a organização das massas e propiciava sua participação na vida política do estado.*

*As disputas entre as lideranças políticas para mostrar capacidade de atendimento às reivindicações populares (principalmente as relativas a melhores oportunidades educacionais que, significando a possibilidade de concretizar os anseios da população quanto à sua ascensão social, representavam, por isso mesmo, garantias de maiores posições de prestígio e poder) são estudadas pela autora. Sposito também mostra a luta de grupos de moradores, organizados em sociedades ou comitês distritais, para assegurar a seus filhos, pelo menos, a escola elementar, embora aspirassem a outros níveis de ensino. Esclarece que tal aspiração, não obstante atingisse setores sociais cada vez mais heterogêneos, não era reconhecida pelas elites dominantes como um direito social das classes populares. Desta forma, segundo ela, a conquista de cada ginásio era uma demonstração da força política conseguida pela população, mediante os movimentos sociais.*

*Em sua análise sobre a participação das camadas populares no processo de crescimento do ensino público, Sposito constata que "de algum modo as aspirações de setores mais heterogêneos da sociedade foram capazes de interferir na ação política do estado e mudar sua orientação", pois entende que, apesar do interesse político sobrepor-se aos demais, a democratização das oportunidades educacionais foi legitimamente conquistada pela mobilização das comunidades periféricas. (Maria Francisca Teresa F. Oliveira França)*